



## Godinho, um historiador do presente

FRANCISCO LUIZ BORGES SILVEIRA  
Prof. de História na Universidade Santa Úrsula

*A falta de perspectiva histórica, e perspectiva com focagem científica, elimina a possibilidade de nos situarmos válidamente no aqui e no agora, e enreda a construção prospectiva no anacronismo da persistência do passado que se ignora como tal. (\*)*

É com um indifarsável receio que nos aventuramos a tecer algumas considerações sobre um historiador do porte de um Vitorino Magalhães Godinho, inegavelmente a mais vigorosa inteligência e o maior talento criador que Portugal revelou ao mundo, no âmbito das Ciências Humanas, desde António-Sérgio (1883-1969) e Jaime Cortesão (1884-1960).

Pouco conhecido, entretanto, fora dos círculos intelectuais europeus e dos meios universitários brasileiros mais especializados, Godinho, por incrível que possa parecer, no Brasil não dispensa uma apresentação formal. Daí colocarmos de parte qualquer esforço crítico e o escrúpulo contra as longas citações, a fim de transmitir com maior exatidão um pouco da obra deste notável pensador, cuja curiosidade intelectual ultrapassa os limites das Ciências Sociais, para questionar todas as formas de conhecimento.

Pretendemos unicamente chamar a atenção do grande público para uma obra que se nos afigura de capital importância, não só para a compreensão da História de Portugal, mas para um entendimento maior do drama e das aspirações do homem moderno.

(\*) GODINHO, Vitorino Magalhães, *Introdução à História Económica*. Lisboa, Livros Horizonte, 1970, p. 8

## Os tempos difíceis

Filho do coronel Vitorino Godinho e irmão do jurista e publicista José de Magalhães Godinho (atual Provedor da Justiça), Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho nasceu em Lisboa, a 29 de junho de 1918. Favorecido pelo berço, teve também a oportunidade de desfrutar, ainda na adolescência, do salutar convívio com inúmeros intelectuais de valor.

*Era então a "Seara Nova" numa acanhada loja-oficina de encadernador, espécie de entrada e vão-de-escada na Rua Nova do Almada. Foi aí que conheci, juntamente com António Sérgio, Azevedo Gomes e tantos outros, Rodrigues Lapa, andava eu pelos meus quinze anos ao aproximar-me de um grupo que se definia por atitude basililar comum de espírito crítico, sentido da problemática nacional num contexto humanista universal, sofreguidão de cultura viva autenticamente creadora, ânsia do bem-estar colectivo. O aluno do quinto ano liceal não tivera a sorte de ter como professor Rodrigues Lapa. Mas logo no primeiro ano tivera Câmara Reis, e sob a sua direcção cheia de bonomia maliciosa, de finura crítica e bom gosto iniciara-se, através das duas selectas-compêndios da autoria do metodólogo e do seu mais jovem companheiro, na língua e na civilização francesas – data desses anos a sua afeição à douce France (título do 2º volume) que mais tarde nos viria a ser como segunda pátria. (1)*



Herdando o corpo docente da extinta Faculdade de Letras do Porto, o Liceu Gil Vicente proporcionou-lhe, sobretudo no 6º ano, o contacto direto com um escol de professores, “paradigma do que deve ser, e do que pode ser autêntico ensino”: Francisco Romano Newton de Macedo (1894-1944), historiador cuja morte prematura cortou o desenvolvimento de um excepcional talento; Almeida Cavacas, na literatura latina; e o filósofo Delfim Pinto dos Santos (1907-1966), então limitado ao ensino da Cosmografia.

Em julho de 1940 licenciou-se em ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da capital portuguesa, onde obteve, de 1942 a 1944, um contrato de professor extraordinário. Durante esta breve experiência no magistério superior, em contato com futuros líderes da renovação (foi professor de Joel Serrão, entre outros), desenvolveu simultaneamente um meticuloso trabalho de pesquisa que continuaria, entre 1947-1960, como encarregado do Centre National de la Recherche Scientifique, de Paris.

Mas, já em 1945, realizara a primeira tentativa de vulto para o rompimento do hermetismo editorial português na área das Ciências Humanas, dirigindo a tradução portuguesa da coleção **A Marcha da Humanidade**, onde desfilam obras fundamentais de Gustav Glotz, Vere Gordon Childe, Paul Vidal de la Blache, Lucien Febvre, Paul Hazard, Abbot Payson Usher, que tanto influenciaram e ainda influenciam os meios universitários portugueses e brasileiros. Na mesma linha, hoje dirige a coleção **Coordenadas**, que inclui trabalhos de Labrousse, Soboul, Duby e outros, numa tentativa de manter os meios estudantis portugueses sempre em contacto com o avanço das Ciências Sociais no estrangeiro, notadamente no campo da metodologia histórica.

Entre 1950/54 realizou cursos na École Pratique des Hautes Études (Paris), onde chegou a substituir o professor Fernand Braudel, tido como um dos maiores historiadores contemporâneos. De julho a novembro de 1954, com Pierre Mombeig e Maurice Lombard, integrou a missão francesa que ministrou uma série de cursos na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Como professor visitante deixou bem marcada a sua influência no Brasil, influência esta que se prolonga até hoje por sua colaboração na **Revista de História** (USP) e através de professores como, a princípio, Manuel Nunes Dias e, agora, Fernando Novais, na U.S.P., e Célia Freire d’Aquino Fonseca, na U.F.R.J.

Em junho de 1955 diplomou-se em Ciências Econômicas e Sociais pela École Pratique des Hautes Études e, quatro anos depois, obteve o doutoramento em Letras pela Sorbonne apresentando como tese principal a monumental obra **L’Économie de l’Empire Portugais au XVe et XVIe siècle – L’Or et le Rive, Route de Guinée et Route du Cap** (Paris, 1958; edição S.E.V.P.E.N., 1969, 857 pp. – que obteria em 1970 o Grande Premio da Academia de Marinha da França) e, complementarmente, **Les Finances de l’État Portugais des Indes Orientales au XVIe et au Début du XVIIe siècle** (dactilograma – Paris, 1958, 480 pp.).

Sócio correspondente da British Academy e sócio fundador da Associação Marc Bloch pour l’étude des Civilisations, insere-se na corrente historiográfica dos **Annales – Économies, Sociétés, Civilisations**, onde tem vasta colaboração como praticante da chamada “história total”, à maneira de Marc

Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Charles Morazé e Pierre Chaunu. Como mais alto representante português desta “escola”, aglutinada em torno da École Pratique des Hautes Études da França, dirige a tradução portuguesa da coleção *Destins du Monde* (11 vols. publicados desde 1963), obra de síntese, de valor bastante desigual, que abrange desde a história antescrita até o mundo contemporâneo.

Socialista em matéria política, o governo vigente reconheceu-lhe, entretanto, os méritos de cientista. E como tal foi admitido como vogal do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e recebeu o cargo de professor do 5º Grupo (História) do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1959/60), para logo (1962) lhe ser retirada esta última função, devido à posição assumida em relação ao movimento acadêmico de 62.

Um mestre sem cátedra, um orador com platéia mas sem tribuna, amargando dificuldades idênticas as de um Jorge de Sena, dum Rodrigues Lapa, dum António José Saraiva ou dum Joaquim Barradas de Carvalho, procura fugir ao ostracismo a que está relegado em seu país através de uma vasta produção editorial que, apesar de relativamente livre, se restringe a um público muito especializado.

Produz em ritmo estafante. Pesquisador de fôlego, desenvolve uma bibliografia vastíssima, dedicada a problemas filosóficos, metodológicos e, sobretudo, à história socio-econômica da expansão portuguesa. Mestre do quantitativismo — sem as bitolas dele decorrentes — é também pioneiro em Portugal (em termos de fundamentação científica) da pesquisa da flutuação dos preços e das crises monetárias no “Ancien Régime”. Nos seus estudos de lógica e teoria do conhecimento recebe múltiplas influências de Jean Piaget, Brunshvicg, Goblot, Pierre Janet, Wallon e Federigo Enriques. A sua obra histórica e social é marcada por Lucien Febvre, Marc Bloch, Henri Pirenne, Fernand Braudel, C. Ernest Labrousse, Marcel Bataillon, Georges Gurvitch; além de Duarte Leite, Jaime Cortesão, Veiga Simões e Newton Macedo, entre os portugueses. Em análise superficial, António Quadros diz que o seu conceito de história “resulta de uma aliança empiricamente realizada entre o racionalismo pragmático de António Sérgio e o materialismo histórico mais moderno” (2).

Ao gosto de António Sérgio, deu-nos 4 volumes de *Ensaio* (Lisboa, 1968-1971), que constituem uma síntese da sua linha de pensamento e ação e uma pequena mostra do seu método histórico. Colabora em revistas, dicionários, enciclopédias e em *The New Cambridge Modern History* (vols. V e VI, Cambridge, 1961 e 1970). Em *A Economia dos descobrimentos Henriquinos* (Lisboa, 1962) desmitifica a figura do Infante D. Henrique (o cruzado de Ben-saúde), e, com *Os Descobrimientos e a Economia Mundial* (2 vols., Lisboa, 1963/65), atinge o auge de um ciclo de investigações iniciado em 1943/56 com três volumes de *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*.

Uniu-se a Joel Serrão e a outros especialistas num balanço sintético das modernas tendências historiográficas portuguesas no *Dicionário de História de Portugal* (4 vols., Lisboa, 1961-1971) e na *Coleção Horizonte*. As obras desta coleção, sem o sentido polémico e panfletário seareiro, são como que prolongamentos dos ideais de reação ao isolacionismo cultural e à estagnação

socio-economopolítica acalentados pelo grupo da **Seara Nova** e tão bem representados por David Ferreira, o historiador da República, que das duas empresas participou.

Havendo retornado a França, entre 1971 e 1974, foi professor catedrático associado na Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Clermont-Ferrand, Universidade da qual ganhou o título de doutor "honoris causa", em 1975.

De volta a Portugal, Godinho é professor catedrático contratado da área de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde março de 1975.

## O historiador

Numa época em que tantos epistemólogos e a maioria dos metodólogos e teóricos das Ciências Sociais condenam a História ao empirismo e, sob o manto de uma ilusória objetividade, vivem uma cientificidade diletante ou estreitam o seu campo visual ao serem acometidos de uma "sociologite" aguda, a muitos poderá parecer absurdo o título geral que escolhemos para esta coletânea. Afinal, como querem alguns<sup>(3)</sup>, o historiador é um observador do passado e este, por definição, não existe.

Não cabe aqui aprofundarmos o problema da cientificidade da História ou a questão da sua capacidade de constituir uma forma de conhecimento válido e eficaz para a observação da realidade presente. Estas e outras interrogações, um tanto académicas, parece só adquirirem relevância no seio de sociedades como a nossa, onde o fascínio pelo desenvolvimento material instaurou um processo de progressiva amnésia coletiva.

Feitas as contas, acreditamos que tudo dependerá da dimensão que o historiador conferir ao espaço e ao tempo. Enredando-se no "évènementielle", dificilmente conseguirá escapar à subjetividade do fato, frustrando qualquer tentativa de iluminar o presente e, o que é pior, dispondo de um bom domínio dos métodos tradicionais (positivos), acabará por negar a viabilidade da ligação entre o passado e o presente, transformando-se num simples ressuscitador de velharias.

*Voltarmo-nos para o passado destina-se, em primeiro lugar, a enriquecer a nossa experiência, enriquecê-la em contacto com as múltiplas e variadíssimas experiências de todos os homens de todos os tempos e de todos os lugares. É, por outro lado, a fim de responder às inquietações e perplexidades que nos assaltam e que põe em causa o cerne de nós próprios, condicionando as opções do nosso porvir. Não é a História conservação frigidificante do que fica para trás no tempo, nem comemorativismo ritualista em que tanta vez se refugia a incapacidade de enfrentar os problemas da nossa época; deixou de ser um tribunal para julgar personagens e factos, e também já não é a "mestra da vida" no sentido de podermos formular as famosas "lições da história" – ao sabor, geralmente, de momentâneos oportunismos. Para nós, a História é a maneira de bem pôr os problemas de hoje graças a uma indagação científica do passado virada para a preparação dos tempos vindouros. Forma científica de ver as cousas que pela genética forja a prospecção. Consideramos totalmente errado defini-la como campo separado do saber, pois se nos afigura que é o método universal de pensar com lucidez e rigor a problemática humana sob todas as suas facetas – tudo quanto ao homem, aos homens, concerne.*<sup>(4)</sup>

E é nesta linha que Godinho pode ser considerado um “historiador do presente”. Não se trata de mero cronista que enriquece a descrição do cotidiano estabelecendo certos paralelismos com acontecimentos passados, mas de um cientista com método rigoroso, um analista profundo que consegue captar no quadro geral das sociedades, em todos os níveis, os elementos estruturais persistentes numa longa duração, única maneira de entender as ondulações conjunturais e construir com segurança a visão prospectiva.

Fala-nos com a autoridade de quem seguiu a ordem natural das coisas, pois, antes de voltar-se para as inovações técnicas e metodológicas, empenhou-se em dominar os métodos críticos tradicionais, até hoje indispensáveis a qualquer trabalho histórico sério e produtivo. É, pois, com toda a segurança que nos diz:

*Não faz sentido aplicar indiscriminadamente esquemas interpretativos e paradigmas de acção, sem estarmos previamente certos de que entre as sociedades para que foram elaborados e aquelas a que se pretende aplicá-los há efectiva analogia estrutural e paralelismo conjuntural. Nada resolveremos copiando servilmente modelos alheios, mas não basta proclamarmos a busca de uma via própria continuando, consciente ou inconscientemente, a limitarmo-nos à imitação. Se queremos traçar rumos e encontrar a inserção eficaz dos nossos esforços, temos que nos debruçar, sim, com atenção perscrutante sobre a realidade em que mergulha a nossa vida e donde emergem os nossos problemas; há que procurar vê-la do âmago naquilo que lhe é próprio tanto quanto naquilo que a aproxima de outros complexos histórico-geográficos. (5)*

## O analista do presente

Como observador do presente, Godinho aponta um futuro sombrio para o capitalismo, sistema que, parecendo adquirir vida própria, “matou a civilização burguesa e, na degradação do homem, fechou-lhe a esperança”:

*Enquanto a civilização burguesa era aberta e procurava a promoção do povo, limitada embora, o capitalismo, agigantando-se nas companhias multinacionais, manipulando a moeda privada que ressuscitou, escapando aos quadros do Estado nacional, vai-a asfixiando e impedindo a sua evolução que em 1934 um Bernardino Machado, por exemplo, desejava e por ela propugnava. / Mas desde os anos 70 o neo-capitalismo começa a esbarrar com novos obstáculos. (. . .) O novo laço de inflação, recessão e falta de emprego combina-se com um novo tecto, uma nova limitação às actividades económicas, que é a da energia. (. . .) Por outro lado, a poluição e o desperdício, conjugados com o ciclo infernal das compras forçadas pela publicidade de bens que logo se deitam fora, a celeríssima inadequação da maquinaria e processos produtivos em permanente mutação, tudo incitou a arripiar caminho e, no pânico da super-industrialização, a advogar o fim do aumento da produção e do consumo – o crescimento zero. E isto, quando talvez dois terços da humanidade ainda não resolveram os seus problemas de base. Começou a pairar o espectro do fim do homem e do que é humano, triturado sob a acumulação sem sentido de bens que não o servem, feitas as contas. Como superar a sociedade super-industrializada – transformando-a em sociedade terciária – sem ser por mera transferência da indústria para os países subdesenvolvidos, e que como dependentes se manteriam apesar da industrialização? / O capitalismo pode sobreviver – e não ser vencido no repto que lhe lançam outras sociedades, quanto à eficiência, concluta ainda*

agora George Church, no termo de uma análise que merece atenta reflexão. Mas, tendendo a matar a civilização burguesa em cujo meio floresceu, sem com ela se confundir, deixou de apresentar qualquer projecto alicianete para o futuro. Ora, é por uma nova humanidade que os homens anseiam. (6)

Mas, acima de um capitalismo em crise, sobre os escombros da civilização burguesa, vê pairar o fantasma maior de um Estado opressor — voraz Leviatã que a todos consome:

... nunca, como hoje, dispuseram as minorias — capitalistas ou totalitárias “de esquerda” — de meios de impor a sua vontade ou a preservação dos seus interesses particulares, nunca, como hoje, estiveram habilitadas a manipular os homens, chegando até à violação da sua personalidade pelo condicionamento das motivações. O Estado absolutista, as autocracias do passado surgem-nos bem fracas, desmunidas de instrumentos de dominação efectiva, quando comparadas ao Estado do presente, com o seu aparelho policial, o controle dos meios de comunicação terrivelmente eficaz, subjugador, com as escutas telefónicas e a interceptação do correio, com as formas mais ou menos veladas de censura prévia ou de impedir a reunião; os “perigosos” são postos em fichas, e o conceito de periculosidade acaba por abranger todos, até os que estão nos postos do Estado... a população inteira passa a estar registada nos ordenadores centrais, que memorizam tudo quanto respeita à vida de cada qual. / Qualquer que seja o sistema económico-social, a organização do poder, revista a forma que revestir, tende para o autoritário e totalitário. A limitação vem quase só de minorias terroristas ou de forças feudalizantes — quer capitalistas, quer de extrema esquerda. O problema essencial, hoje, para os homens, é o da liberdade. (7)

A sua erudição — absolutamente invulgar nos dias que correm — não é capaz de desvinculá-lo da problemática do dia a dia, distanciando-o dos homens e levando-o a instalar-se numa torre de marfim, onde tantos se refugiam na vocação desinteressada do saber. E é também neste sentido que podemos considerá-lo como um homem do nosso tempo, não só pela contemporaneidade, mas pela recusa de engajar-se num desenvolvimento científico que não tenha como fim a dignificação do homem.

O seu humanismo não é uma utopia porque, erigido com critério científico, dissecar a realidade e aponta-nos soluções viáveis, todas elas fundamentadas no trabalho e na responsabilidade que cada qual deve assumir consigo mesmo e com a coletividade. Godinho vê no desenvolvimento técnico-científico, subordinado ao exercício efetivo da democracia, o caminho para a redenção do homem. E esclarece-nos sobre certas distorções:

Deixa-se à alta burguesia dominante retomar a arma do racionalismo, e vai-se para a negação romântica que chega a pôr em causa o valor da ciência. Há muito de são nesta forma de reagir, que é desgosto das burocratizações conservadoras ou revolucionárias e das falsificações de valores, que é recusa da premeditação e de conveniências reformistas. Recusa também, e bem justa da tecnocracia, resvalando por vezes, e então erradamente, para recusa da própria técnica, em lugar do combater o hiper-tecnicismo. / Entre a salvação pela tecnocracia e a recusa da técnica, entre a sociedade de produção pelo lucro e o modelo da autêntica abundância, entre a hipocrisia de valores que são meras capas de interesses minoritários e a negação de todos os valores; logo, de construir novos valores, retomemos uns tantos fios do pensamento de Sérgio. Porque se a técnica é indispensável para liberar o homem, e a libertação do homem supõe a disponibilidade de bens (contra o que julgam os românticos de hoje), não é pelo governo

*dos técnicos (sempre ao serviço de interesses de grupos de pressão) que se resolverão os grandes problemas nacionais, e peninsulares, nem que se forjára a sociedade plenamente humana; mas tão só pela democracia efetiva.* (8)

Este humanismo torna-o um socialista, infinitamente mais próximo de Marx do que de Proudhon, sendo, entretanto, uma temeridade a tentativa de rotular alguém que, como ele, coloca a razão acima de qualquer dogma. É, antes de mais nada, um apóstolo do equilíbrio e da moderação. Não da moderação do político — quase sempre sinônima de omissão, acomodação ou auto-equilíbrio —, mas da moderação do cientista, que corresponde ao bom senso e a uma atitude de humildade diante do saber, sem comprometimento da firmeza de convicções.

*Quando lemos pelas paredes: “Grades para a burguesia, liberdade para o povo” ou “Democracia para o povo, ditadura para a burguesia”, podemos estar certos de que quem as escreveu não vive o espírito democrático nem sabe o que é a democracia: porque a democracia é a igual liberdade e a igual dignidade de todos, e mesmo que seja uma maioria a impor-se pela força a uma minoria, aquela não será livre enquanto oprimir, só o será quando os seus adversários forem livres também; já Sérgio o sublinhava à sociedade, mas quem o lê e medita! Altds, a pequena e a média burguesia fazem parte do povo, e será um dos mais graves erros aliend-las do processo revolucionário. A verdade é pois que não construiremos o futuro socialista com partido único, censura, monopolização do aparelho do Estado por uma corrente, imposições unilaterais.* (9)

O socialismo não constitui, portanto, um fim em si mesmo, mas apenas a via através da qual poder-se-á atingir um estágio supremo, a democracia, que ele define:

*... a democracia é (...) todo um sistema de relações humanas em que qualquer indivíduo é tratado como pessoa, como personalidade — formada ou em formação — merecedora de igual respeito ao que merece qualquer outra, com iguais oportunidades para se realizar integralmente. Todos têm, desde que não desmereçam, direito a participar na riqueza material e cultural colectiva, e portanto a produção dos bens tem de fazer-se em benefício de todos, dispondo a sociedade dos meios de assegurar essa produção em proveito comum. Igualdade e liberdade estão inextricavelmente interligadas. É claro que o processo económico como o processo cultural ou o político, exigem diferenciação de funções, competências especializadas, e, logo, hierarquia de certos papéis sociais; mas tal desempenho desses papéis não atenta de modo algum contra a igualdade nas relações dos seres humanos como pessoas, como cidadãos. O nivelamento das funções ou a sua inversão contra a lógica não representam democratização mas sim ineficácia técnica, desperdício, incapacitação cultural, e, conseqüentemente mutilação da cidadania, comprometimento do futuro.* (10)

E é dentro de uma realidade mais ampla, inerente a todos os homens, que Godinho procura situar a problemática portuguesa:

*Não se chegou a realizar, no século XIX português, a sociedade burguesa, não foi possível, entre nós, a burguesia instalar a sua civilização. E isto porque se goraram as sucessivas tentativas de introduzir a revolução industrial e permaneceram enquistados os vários focos modernizadores, sem constituírem verdadeiros pólos de desenvolvimento. Porque foram excessivamente lentas as transformações do regime da terra e as inovações da técnica agrícola, daquelas dependentes, de modo que uma estrutura tradicional persistiu sob a capa de modificações jurídicas, apenas mudando, em vá-*

*rios casos, os beneficiários, mas não as relações fundamentais com o mundo que explora o solo. (. . .) A burguesia quisera formar o povo para se afirmar a si própria, mas ficara esmagada entre a oligarquia e a plebe. Depois, parte começa a reear a industrialização porque levaria ao aparecimento de novos adversários quando ela mal se aguentava devorada pela agiotagem, outra parte começa a viver problemas de sociedades mais evoluídas, e aspira generosamente a formas socialistas que afinal traduzem a sua ânsia de formar um povo em vez da plebe. Simplesmente, Oliveira Martins aperceber-se-á que para haver socialismo é preciso haver operariado — e em Portugal não o havia. Para isso, industrializar. Mas para industrializar é preciso que haja uma burguesia e um povo, que haja actividade produtora nacional e que haja cidadãos.* (11)

“O latino é um elemento sem (ou ainda sem) vocação democrática e só é capaz de organizar-se produtivamente sob um regime de força!” — tal é a afirmação que já nos habituamos a ouvir em todos os estratos da nossa sociedade. E esta exclamação, que tantos se apressam a consubstanciar mediante uma série de exemplos isolados, análises epidérmicas e comparações grosseiras, parece ocultar a própria recusa ou hesitação de cada qual em assumir a sua parcela de responsabilidade na construção do porvir. A acomodação a situações aparentemente estáveis ou, pelo menos, supostamente conhecidas e controladas, leva as minorias a agarrem-se desesperadamente aos seus privilégios e a estimular, consciente ou inconscientemente, a falta de confiança do povo em si mesmo e na sua capacidade de criar a verdadeira comunidade de cidadãos. Busca-se, então, a saída mais cômoda: o carisma, o populismo, o messianismo. Qual Diógenes esfarrapado, anda-se de lanterna acesa à luz do dia, a procura do homem. Quem salvará esta ou aquela nação e a nós mesmos? Quem será capaz de encarnar o mito da felicidade? E na omissão, na recusa do trabalho edificante, sentamo-nos a espera de D. Sebastião.

É interessante observarmos como isto se ajusta ao quadro português, segundo a concepção da história de um membro da geração de 1870: “Oliveira Martins, cuja história está submetida a dois ritmos, dois ritmos dialéticos, duas forças antagónicas: a História de Portugal é, ao mesmo tempo, o fruto de uma vontade, que é encarnada sucessivamente por vários heróis através da história, e, ao mesmo tempo, uma marcha sonâmbula, inconsciente, que só os heróis, em certos momentos, são capazes de levedar e de transformar. E o nosso Oliveira Martins, que começou realmente por ser um socialista, no sentido de Proudhon, vai acabar interrogando-se sobre a capacidade de transformação de Portugal, vai pensar que essa transformação só pode vir, digamos, de maneira autoritária; que esse socialismo que ele sonhou só pode ser imposto por um César, por uma espada. E temos aqui, naturalmente, uma espécie de elemento estrutural da nossa própria compreensão, que vai desse tempo até os dias em que nós estamos.” (12)

Tudo isto ajuda-nos a entender as razões que levam Vitorino Magalhães Godinho a insistir tanto na necessidade de um esforço de democratização autêntica. Uma democratização ligada não apenas a uma justa distribuição da riqueza material e ao livre acesso ao património cultural, mas, sobretudo, através de uma reformulação do quadro das mentalidades. Qualquer forma, ainda que velada, de paternalismo se lhe afigura altamente pernicioso, o que leva-o a rejeitar a retomada do liberalismo burguês, completamente ana-

crônico. Além do mais, como observa Barradas de Carvalho, “a confiança ou falta de confiança nas massas populares parece-nos ser aquilo que no fundo se separa o democrata do liberal” (13)

Para Godinho, qual seria então o caminho?

*Será anacrônico pretender edificarmos agora o que os republicanos de 1910 não conseguiram então assentar: uma sociedade burguesa com um Estado politicamente liberal (mesmo se economicamente interventivo, ou até planeador). Tal é a razão por que se nos afigura altamente dispensável vir a ter uma democracia “burguesa” em Portugal. Mas também se nos afigura não menos altamente dispensável ter uma ditadura totalitária supostamente de esquerda, mesmo se inspirada de boas intenções – as boas intenções fazem o inferno. A nossa via, supomos, terá de ser a de um processo balanceado, engendrando-se reciprocamente de democratização cultural. (. . .) a democracia não é uma etapa na via da edificação do socialismo, é a meta a atingir. Decerto o socialismo não se reduz a uma forma de organização económica ao serviço da colectividade e a uma sociedade igualitária de oportunidades com base no trabalho: é também, deve ser sobretudo, uma concepção do homem e dos homens – implica que se forje uma figura humana nova, que não resulta automaticamente – já se viu bem – de pôr ao dispor da colectividade os meios de produção; implica inescapavelmente a tarefa persistente de reforma da mentalidade. (14)*

A principal tendência da jovem intelectualidade portuguesa é a recusa de enfocar isoladamente a problemática portuguesa. Fugindo ao tradicional isolacionismo cultural, contra o qual já quebrara lanças o grupo da Seara Nova, hoje abordam-se as questões nacionais como problemas peninsulares, dentro de uma realidade mais ampla – o contexto europeu. Talvez, também, por uma questão de sobrevivência, já que no rasto das relações econômicas com o Mercado Comum não pode deixar de haver a perspectiva sombria do esmagamento cultural (sobretudo por parte da França), o fato é que, em plano mais elevado, as velhas divergências e ressentimentos foram colocados de lado, para pensar-se, em termos de futuro, numa Ibéria cada vez mais unida à Lusitânia por dificuldades comuns, sem prejuízo da identidade das nações peninsulares.

Dentro deste espírito, Godinho define as opções:

*Põe-se à Península o imperativo de não continuar a recusar a modernidade e de assegurar a todos os seus não só aquele nível que ainda não alcançaram como também a sua qualidade de cidadãos numa sociedade livre e igual. Tudo quanto favoreça o desconjuntamento da asfíxica estrutura tradicional é francamente positivo, visto ser essa a condição sem a qual nada se poderá edificar de válido e por isso mais vale que tente os caminhos da tecnocracia do que fique enredada no Antigo Regime. Mas a tecnocracia não conseguirá, até por causa dos receios que os seus efeitos previsíveis despertam entre os interessados na velha ordem, imprimir o impulso para um arranque com a indispensável amplitude e continuidade – há que recuperar um atraso gravíssimo de décadas. Impõe-se, para levar Portugal e a Espanha ao desenvolvimento, uma refundição estrutural, que parece requerer os moldes da democracia socialista. / Pois o nosso fim último é a felicidade dos homens, a sua dignidade autêntica; nesse anseio se consubstancia o nosso amor da pátria, de uma pátria que faça parte de uma humanidade onde se acalente a esperança. (15)*

## O homem de ação

Numa fase de transição revolucionária, quando forças extremistas se degladiavam abertamente, subvertendo a ordem pública e estimulando um clima de total instabilidade política, Godinho inspirou-se na sua alta consciência de cidadania para superar a hesitação<sup>(16)</sup> em aceder ao convite do Presidente António de Spínola para ocupar a pasta da Educação e Cultura (foi empossado em 18-VII-1974). Munido de um amplo projeto de reformas, cujas linhas gerais esboçara em **Um Rumo para a Educação**, publicado em abril de 1974, defrontou-se com um quadro cujas raízes históricas já definira:

*No conjunto dos proprietários de bens de raiz, se é uma minoria de barões, da maioria menos afortunada é que saiem os bacharéis. O ensino secundário, a universidade, restritos a bem poucos, formam o pessoal influente das secretarias, de uma administração caciqueira, e uma burguesia, não numerosa, de profissões liberais. O barão (depois, o visconde), isto é, o que frui a renda da terra ou os lucros da especulação fiduciária, e o bacharel, também ligado à renda da terra mas com lugar público ou actividade profissional de nível universitário, eis os orientadores da nova ordem social (oligarquia funditário-bancria, que sucedeu à ordem clerical-nobilitr-quico-mercantilista). (17)*

*1926 foi o atabafar, pela estrutura tradicional, (da) tentativa da burguesia para fazer entrar Portugal na modernidade. Reagem os interesses monopolísticos, como se viu no caso dos tabacos, e a oligarquia não queria aceitar o que lá fora todas as burguesias aceitaram, ou seja a progressividade do imposto sobre o rendimento, não obstante proposta com timidez. Que a reacção autoritária não queria a verdadeira formação de um povo – da comunidade de cidadãos –, vê-se bem da redução do ensino primário a nível mais do que rudimentar: à maioria dos portugueses bastaria ler, escrever e contar. O próprio ensino liceal, e isso demonstra bem a fraqueza da classe média, não se desenvolveu até o termo da Segunda Guerra, a não ser sob a forma de organização privada – reservado aos que podiam pagar e fonte de proventos para empresas particulares, tanta vez eclesidísticas. (18)*

Assessorado pelos secretários de Estado Rui Grácio, Maria de Lourdes Belchior, Avelãs Nunes e Protes da Fonseca, Godinho pôs em prática um meticoloso programa que visava arrancar o antigo Ministério da Educação Nacional do “esplêndido isolamento” em que se encontrava. Para tanto, através de contatos objetivos com os responsáveis pelos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, o MEC desloca-se em direção aos principais centros distritais, ativando as medidas reformistas a partir de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Ponta Delgada e Funchal, até abranger uniformemente todo o País. Mas a criação do Serviço Cívico malogrou:

*... quando os alunos e estudantes começaram a ouvir falar de trabalho mesmo – nos campos, nas fábricas e oficinas, nos hospitais, centros de assistência, arquivos e bibliotecas, infantários e jardins de infância, estaleiros de obras, etc. – se uma parte reagiu favoravelmente, e até com entusiasmo, os grupos activistas tiveram a mesma reacção que o diabo diante da cruz. Nem admira. Oriundos de classes médias, comprazendo-se no dolce far niente, vivendo somente no plano verbal, obcecados pelos problemas chineses ou cubanos ou albaneses (visto “literariamente”) e pouco esclarecidos quanto aos problemas nacionais, encontrariam facilmente todos os pretextos para se esquivarem a essa experiência nova, e certamente dura.*

(. . .) *Ora o serviço cívico justifica-se, e amplamente, pela sua dupla finalidade: por um lado, aproximar de facto, e não em verborreia, os estudantes das classes trabalhadoras e do mundo do trabalho efectivo; por outro lado, tirando-os de um meio restrito e sob alguns aspectos artificial, levá-los a tomar contacto directo com as responsabilidades nacionais autênticas – fora de duas ou três cidades e do “mundo” dos cafés, o Portugal onde ainda nem a televisão chegou, o país dos arados de pau puxados por bois, das carroças cujas rodas ainda nem sequer utilizam pneus, essas zonas onde as mulheres vão a dorso de burrico. Pôr o estudante a trabalhar mesmo, empregando as mãos, lado a lado com os camponeses e operários: que admirável aprendizado para a nossa juventude!* (19)

No tocante ao setor cultural, é antiga a sua luta pela criação de um amplo “Know-how” científico, através do incentivo à pesquisa:

*No nosso tempo não há. . . cultura sem existência de numerosas e activas equipas de investigadores e creadores, em todos os ramos, em todos os andares, graças a um serviço nacional organizado mas isento de burocratices, escrupulosamente respeitador da liberdade de cada qual. Infelizmente tal necessidade ainda não é sentida, e continuamos com franco-atiradores, sem autêntico ensino superior de ciências humanas, sem centros de investigação de ciências humanas, quanto mais um organismo que os englobe e coordene. E todavia os grandes creadores isolados morreram ou calaram-se – Jaime Cortesão, Duarte Leite, António Sérgio, para outros não citar. E entrarmos rapidamente, decididamente na nova era dos pesquisadores e creadores trabalhando em núcleos convenientemente apetrechados (mesmo se em velhos edifícios), ou o actual vazio estiolar por completo a cultura entre nós.* (20)

Outras medidas prioritárias visavam sobretudo aumentar a produtividade do ensino em todos os seus níveis, não só pela transformação de estruturas administrativas obsoletas e a igualação de oportunidades para todas as classes, mas também através da conscientização de estudantes e professores, que deviam compenetrar-se do relevante papel que desempenham no processo de desenvolvimento, esforçando-se por dar o necessário rendimento, sem histeria, sem radicalismo. Afinal, o autoritarismo é o grande refúgio da incompetência.

*É perfeitamente ridículo, totalmente falso contrapor uma cultura “burguesa” a uma cultura “proletária”, pensando que da primeira nada há a reter e que a segunda será algo de vasado em moldes inteiramente diferentes. (. . .) Dar o leque das opções e a liberdade de escolher. Insistir na qualidade, não vender mercadoria avariada ou grosseira e ir dando a todos a possibilidade de acederem a essa qualidade. Logo, o culto da competência, formando nos diferentes ramos autênticos escóis – porque a verdadeira elite é o contrário do elitismo. Elitismo, praticam-no esses populistas ou “revolucionários” que consideram as massas ignaras, menores mentalmente, incapazes de escolherem por si, e por isso se armam em portadores da Boa-Nova, veículos da Verdade (absoluta), vanguardas dum processo a arrastarem pensadamente a bruta inércia da maioria; esses que querem impor à maioria o que ela não quer, e agem como iluminados pela inspiração divina (o Deus é a Revolução) apostrofando o povo – atrasado, rude, coitado dele – a segui-los à boa ou à má cara. Já no século XV se acreditava em certos círculos que era legítimo reduzir pretos e índios à escravidão para lhes salvar as almas (o escravo era “doutinado”); hoje, afinal a atitude é a mesma. De elites precisamos nós: de bons médicos, bons engenheiros, bons agrónomos, bons pilotos de aviação, bons serralheiros, bons professores, bons agricultores. Como precisamos de ir levando o maior número possível a participar na criação cultural, política, social, sem rebaixar o processo em que se insere.* (21)

Mas tudo estava na dependência da formação de uma nova mentalidade, de um homem novo, e, além das mazelas administrativas e dos antigos vícios, as pessoas mostravam-se incapazes de acompanhar o ritmo veloz dos acontecimentos. E, em 29 de novembro do mesmo ano, Godinho viu confirmado o seu pedido de demissão.

Desistência pela incapacidade de colocar a teoria no plano real? Receio de ver desgastar-se a sua imagem pública? Acreditamos que, em sã consciência e depois de um autojulgamento, nenhum português será capaz de condená-lo.

Através de uma série de pronunciamentos e, sobretudo, em duas matérias publicadas pela revista *Vida Mundial*, Godinho faz uma autocrítica e analisa com serenidade a situação portuguesa (22)

De tudo isto, o que nos parece absolutamente certo é que não podemos desmerecer o valor da sua obra em função desta rápida passagem do homem pela vida pública. Evidentemente, da validade das soluções e caminhos que aponta no presente, não podemos ter a mesma certeza que do valor científico da sua obra histórica. Só quem viver verá!

O homem, propriamente, é-nos desconhecido. Como figura humana, tudo o que dele sabemos baseia-se em impressões particulares de alguém que o conheceu pessoalmente: Um homem equilibrado e, em questões de trabalho, metódico e extremamente rigoroso consigo mesmo e com os que o cercam. Uma personalidade absorvente e de difícil relacionamento num contacto superficial. Um incorrigível burguês lisboeta, com formação cultural francesa, gestos um tanto afetados ou excessivamente formais; de falar pausado e palavras articuladas com clareza e pureza lingüística, compondo a figura de um típico europeu culto, cheio de si mesmo — por demais antipático para o gosto tropicalista. Talvez um modelo ibérico intermediário entre um trabalhista britânico combinado com um social-democrata tipo Willy Brandt, e um marxista francês nos moldes de Louis Althusser ou, preferivelmente, Pierre Vilar.

Desconhecemos até que ponto esta caracterização se ajusta à verdadeira personalidade de Godinho, mas, a julgar pelos seus escritos e pela sua participação política, parece-nos mais justo compará-lo a um Herculano ou a um Sérgio, cuja intransigência moral diante do desenrolar dos acontecimentos fizeram-nos encarnar uma série de virtudes da grei. Sem a estampa carismática de Cortesão, com ele parece equiparar-se na firmeza das ações e na extrema irritação diante da ignorância atrevida.

Na vida pública, a superioridade do intelecto em total coerência com as suas atitudes, fazem-no assumir o papel do moralizador, razão pela qual, talvez, tenha sido escolhido, em momento dramático da vida portuguesa, para exercer a presidência do Comitê da Campanha do general Ramalho Eanes à Presidência da República.

## NOTAS

- 1 — GODINHO, Vitorino Magalhães, *Um Rumo para a Educação*. "Cadernos República", nº 6. Lisboa, Editorial República, 1974 pp. 123-124
- 2 — QUADROS, António, *A Teoria da História em Portugal*, vol. I: "O Conceito de História". s/l, Espiral, s/d p. 64

- 3 – HINDESS, Barry; HIRST, Paul Q., Modos de Produção Pré-Capitalistas, trad. de Alberto Oliva. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 p. 361
- 4 – GODINHO, Vitorino Magalhães, Ensaios, II – “Sobre a História de Portugal”. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968 p. VII
- 5 – Idem, Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa. 2ª edição correcta e ampliada. Lisboa, Editora Arcádia, 1975 p. 11
- 6 – Idem, A Democracia Socialista, Um Mundo Novo e Um Novo Portugal “Critério” – Revista mensal de cultura, dirigida por João Palma-Ferreira. Ano 1, Nº 1 Lisboa, novembro de 1975 pp. 10 a 12
- 7 – Idem, ibidem, p. 10
- 8 – Idem, Ensaios, vol. IV. Lisboa, Sá da Costa, 1971 p. 269
- 9 – Idem, Socialismo e Democracia. “Jornal Novo”. Lisboa, 23-IV – 1975 p. 3
- 10 – Idem 1975 p. 3, As Democracias e a Democracia. “Jornal Novo” Lisboa, 17-IV-1975 p. 12
- 11 – Idem, Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa. 2ª ed. Lisboa, 1975 pp. 155 e 161
- 12 – LOURENÇO, Eduardo, O Modernismo como Interrogação de Portugal. Conferência realizada no Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro, 1975 (reprodução direta da gravação em fita cassette)
- 13 – BARRADAS DE CARVALHO, Joaquim, As Idéias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano. Lisboa, 1949 p. 23
- 14 – GODINHO, Vitorino Magalhães, Jornal Novo, Lisboa, 17-IV-1975, p. 3; e 23-IV-1975, p. 3.
- 15 – Idem, O Socialismo e o Futuro da Península. 2ª ed. Lisboa, Livros Horizonte, 1969 pp. 107 e 108
- 16 – O Primeiro de Janeiro. Porto, 17/VII/1974
- 17 – GODINHO, Vitorino Magalhães, A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa. Lisboa, Arcádia, 1971 p. 128
- 18 – Idem, O Socialismo e o Futuro da Península. 2ª ed. Lisboa, 1969 pp. 79 e 80
- 19 – Idem, Agitação Estudantil: Expressão da Crise. Revista “Vida Mundial”, nº 1842. (entrevista conduzida por Afonso Praça). Lisboa, 2/I/1975 p. 18
- 20 – Idem, Ensaios, vol. I. Lisboa, 1968 p. X
- 21 – PALLA, Maria Antónia, Diálogo com Vitorino Magalhães Godinho. Entrevista publicada em “A Luta”, Lisboa, 2-X-1975 pp. 3 e 10
- 22 – Ministério da Comunicação Social, Portugal Hoje, nº 21, Lisboa, 28-IX-1974 p. 13; Vida Mundial, nº 1842, entrevista cit., e o artigo de Vitorino Magalhães Godinho – O Nó da Questão: Construiremos ou Não a Democracia em Portugal?, no nº 1846, de 30-I-1975 pp. 31-38.